

**TERMO DE CONTRATO DE  
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS N.º 005/2015**

Termo de Contrato de Prestação de Serviços Contínuos celebrado entre o Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN/RS e Multiágil Segurança e Vigilância Patrimonial LTDA-ME.

O Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN/RS, autarquia estadual criada pela Lei n.º 10.847, de 20 de agosto de 1996, inscrito no CNPJ sob o n.º 01.935.819/0001-03, com sede na Avenida Júlio de Castilhos, n.º 505, na cidade de Porto Alegre/RS, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado por seu Diretor-Geral, Sr. Ildo Mario Szinvelski, inscrito no CPF sob o n.º 234.709.920-53, e Multiágil Segurança e Vigilância Patrimonial LTDA-ME, sito na Rua Luzitana, n.º 64, Bairro Higienópolis, CEP 90520-080, em Porto Alegre, inscrito no Ministério da Fazenda sob o n.º 10.917.020/0001-85, representada neste ato por seu gerente, Marcello Oliveira Haselof, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 012.800.280-84 e RG n.º 1084060001, doravante denominada CONTRATADA, celebram o presente Termo de Contrato de Prestação de Serviços Contínuos.

O presente contrato tem seu respectivo fundamento e finalidade na consecução do objeto contratado, descritos na Cláusula Primeira – Do Objeto, tramita no processo administrativo de n.º 3298-2444/13-1, regendo-se pela Lei Estadual n.º 13.191, de 30 de junho de 2009, Lei Complementar Federal n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Estadual n.º 11.389, de 25 de novembro de 1999, Decreto Estadual n.º 42.250, Decreto Estadual n.º 42.020, de 16 de dezembro de 2002, pelo Decreto Estadual n.º 42.434, de 09 de setembro de 2003, alterado pelo decreto Estadual n.º 45.744, de 08 de julho de 2008, Decreto Estadual n.º 45.273, de 04 de outubro de 2007, Decreto Estadual n.º 43.183, de 22 de junho de 2004, Decreto Estadual n.º 44.365, de 23 de março de 2006, Decreto Estadual 52.215, de 30 de dezembro de 2014 e legislações posteriores e subsidiariamente pelas Leis Federais n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 e n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações e ato convocatório n.º 557/CELIC/2013, as quais as partes sujeitam-se a cumprir, sob os termos e condições estabelecidas nas seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1 Contratação de empresa para prestação de serviços terceirizados de vigilância armada e com comunicação permanente de rádio em 5 (cinco) postos, a serem prestados nas dependências do DETRAN/RS, em Porto Alegre, conforme descrito no Anexo I - Memorial Descritivo.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO**

2.1 A execução deste contrato compreende a prestação dos serviços, pela CONTRATADA, conforme descrito no Anexo I - Memorial Descritivo.

### CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

3.1 O preço para o presente ajuste é de R\$ 66.304,22 (sessenta e seis mil, trezentos e quatro reais e vinte e dois centavos) mensal, constante da proposta vencedora da licitação, aceito pela CONTRATADA, entendido este como preço justo e suficiente para a total execução do presente objeto.

### CLÁUSULA QUARTA - DO RECURSO FINANCEIRO

4.1 As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta do seguinte recurso financeiro:

Unidade Orçamentária: 44.01

Atividade/Projeto: 4279

Elemento: 3.390.37

Rubrica: 3702

Recurso: 8000

### CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

5.1 A repactuação deste contrato será permitida, desde que observado o interregno mínimo de um ano, a contar da data da proposta, ou da última repactuação.

5.2 A repactuação será precedida de demonstração analítica do aumento ou diminuição dos custos, de acordo com a Planilha de Custos e Formação de Preços, justificados e comprovados.

5.3 Caberá à parte interessada a iniciativa e o encargo dos cálculos e da demonstração analítica do aumento ou da redução dos custos.

5.4 Os valores para repactuação de preços do Contrato deverão estar ajustados aos parâmetros referenciais fixados nos Contratos de Serviços de Terceiros – CST, de acordo com a Instrução Normativa DDPE nº 01/2006 (alterada pela IN TE nº 01/2012) e o Decreto nº. 44.365, de 23 de março de 2006.

5.5 Os preços dos contratos serão reajustados da seguinte forma:

a) Montante “A”: na forma estabelecida na legislação salarial e no acordo, convenção ou dissídio da categoria, bem como mediante repactuação; e

b) Montante “B”: mediante repactuação desde a data da proposta ou da última repactuação até o mês da prestação dos serviços, sendo que no primeiro período de reajustamento será feita adequação ao mês civil, se for o caso.

5.6 Os custos de instalação e mobilização, no caso de prorrogação contratual, quando couber, deverão ser expurgados para fins de repactuação.

5.7 A proponente poderá apropriar para fins de apuração dos custos a depreciação dos equipamentos, respeitado o fracionamento da vida útil, considerando-se, ainda, o valor residual do bem.

5.8 É vedada, por ocasião da repactuação, a inclusão de benefícios não previstos originariamente.

### CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1 A contratante reserva-se o direito de suspender o pagamento se o(s) serviço(s) estiver em desacordo com o previsto neste contrato, sem prejuízo das demais sanções.

DETRAN/RS – Divisão de Gestão de Contratos – Coordenadoria de Contratos

Av. Júlio de Castilhos nº 505, 17º andar, Porto Alegre/RS – CEP 90030-131

Endereço para Correspondência: Rua dos Andradas, nº 1234, 6º andar, Porto Alegre/RS – CEP 30020-008

Correio Eletrônico: [servicos@detran.rs.gov.br](mailto:servicos@detran.rs.gov.br) Portal: [www.detran.rs.gov.br](http://www.detran.rs.gov.br)

6.2 Os pagamentos serão efetuados em até 10 dias úteis, contados da protocolização da nota fiscal ou da nota fiscal fatura, que deverá conter o detalhamento dos serviços executados e que deverá ser protocolizada até o dia 20 do mês seguinte ao da prestação dos serviços.

6.2.1 Caso a contratada necessite reenviar nota fiscal ou nota fiscal fatura corrigida, o prazo para pagamento passará a valer a partir do novo protocolo.

6.2.2 O documento fiscal deverá ser proveniente do estabelecimento que apresentou a proposta vencedora da licitação e, nos casos em que a emissão for de outro estabelecimento da empresa, o documento deverá ser acompanhado das certidões relativas à regularidade fiscal. Quando o documento for de outro estabelecimento localizado fora do Estado, será exigida também certidão relativa à Regularidade Fiscal junto à Fazenda Estadual do Rio Grande do Sul independente da localização da sede ou filial do licitante.

6.2.3 O mês de apuração para efeito de desconto de eventuais faltas dos funcionários da CONTRATADA será considerado o mês civil corrente.

6.2.4 A protocolização somente poderá ser realizada após a prestação dos serviços por parte da CONTRATADA;

6.2.5 O pagamento relativo ao período compreendido entre o início dos serviços até o final do primeiro mês será efetuado proporcionalmente ao número de dias contados da data inicial da prestação dos serviços em relação ao número de dias do mês, considerando-se o mês calendário.

6.2.6 O pagamento será efetuado por serviço efetivamente prestado e aceito.

6.2.7 A retenção ou glosa do pagamento no curso da execução contratual, sem prejuízo das sanções cabíveis, só deverá ocorrer quando o(a) contratado(a):

a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar as atividades com a qualidade mínima exigida no contrato; ou

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

6.3 Os pagamentos a serem efetuados em favor da contratada, quando couber, estarão sujeitos à retenção, na fonte, dos seguintes tributos:

a) imposto de Renda das Pessoas Jurídicas – IRPJ, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, e Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/PASEP, na forma da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, conforme determina o art. 64 da Lei Federal nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996;

b) contribuição Previdenciária, correspondente a onze por cento, na forma da Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009, conforme determina a Lei Federal nº 8.212, de 24 de julho de 1991; e

c) imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, na forma da Lei Complementar Federal nº 116, de 31 de julho de 2003, combinada com a legislação municipal e/ou distrital sobre o tema.

6.4 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada dos documentos relacionados abaixo, os quais ficarão arquivados nos órgãos contratantes.

6.4.1 No primeiro mês da prestação dos serviços:

a) relação dos(as) empregados(as), contendo nome completo, endereço, número da CTPS, número do PIS/PASEP, banco, agência e número da conta bancária, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade – RG, e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF, e a indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

- b) Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, dos(as) empregados(as) admitidos(as) e dos(as) responsáveis técnicos(as) pela execução dos serviços, devidamente assinada pela contratada;
- c) contrato de trabalho e ficha de registro de empregado(a);
- d) exames médicos admissionais dos(as) empregados(as) da contratada que prestarão os serviços;
- e) cópia do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA, do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO, da contratada; e
- f) endereço eletrônico da contratada para recebimento de correspondência oficial.

6.4.2 Mensalmente, quando da apresentação da Nota Fiscal ou da Fatura dos serviços executados:

- a) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- b) prova de regularidade relativa ao FGTS – CRF;
- c) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT; e
- e) comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de convenção ou acordo coletivo de trabalho, relativos ao mês da prestação dos serviços e de todos os empregados;

6.4.3 Mensalmente, até o dia 20 do mês seguinte ao da prestação dos serviços:

- a) guia de recolhimento da Previdência Social – GPS, junto ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, da contratada e Informações à Previdência Social, GFIP – SEFIP/GRF onde conste a Relação de Trabalhadores(as) vinculados(as) ao contrato no mês da prestação dos serviços;
- b) guias de recolhimento de FGTS dos(as) empregados(as) vinculados(as) ao contrato, relativas ao mês da prestação dos serviços.
- c) cópia da folha de pagamento analítica do mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador o órgão ou entidade contratante;
- d) cópia dos contracheques dos(as) empregados(as), relativos ao mês da prestação dos serviços;
- e) recibos de pagamento ou guias de depósitos bancários da remuneração dos(as) empregados(as) vinculados(as) ao contrato no mês da prestação do serviço; e
- f) registros de horário de trabalho (cartões-ponto ou folha-ponto), relativos ao mês da prestação dos serviços.

6.4.4 A qualquer tempo, quando solicitado pela Administração contratante, quaisquer dos seguintes documentos:

- a) extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado(a), a critério da Administração contratante; e
- b) comprovantes de realização de cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato;

6.4.5 Quando ocorrer o evento ou anualmente, o que suceder primeiro:

- a) avisos e recibos de férias;
- b) recibos de 13º salário;
- c) Relação Anual de Informações Sociais – RAIS;
- d) sentenças normativas, acordos e convenções coletivas;

DETRAN/RS – Divisão de Gestão de Contratos – Coordenadoria de Contratos

Av. Júlio de Castilhos nº 505, 17º andar, Porto Alegre/RS – CEP 90030-131

Endereço para Correspondência: Rua dos Andradas, nº 1234, 6º andar, Porto Alegre/RS – CEP 30020-008

Correio Eletrônico: [servicos@detran.rs.gov.br](mailto:servicos@detran.rs.gov.br) Portal: [www.detran.rs.gov.br](http://www.detran.rs.gov.br)

- e) ficha de registro de empregado(a);
- f) aviso prévio, pedido de demissão, e termos de rescisão de contrato de trabalho;
- g) autorização para descontos salariais;
- h) prova da homologação da rescisão pelo sindicato, quando for o caso; e
- i) outros documentos peculiares ao contrato de trabalho.

6.4.6 Quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato, sem prejuízo da apresentação dos documentos de que trata o item 6.4.4:

- a) termos de rescisão dos contratos de trabalho dos(as) empregados(as) prestadores(as) de serviço, devidamente homologados pelo sindicato da categoria quando exigível;
- b) guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
- c) extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado(a) dispensado(a); e
- d) exames médicos demissionais dos(as) empregados(as) dispensados(as).

6.4.7 Sempre que houver substituição ou admissão de novos(as) empregados(as) pela contratada, os documentos elencados no item 6.4.1 deverão ser apresentados.

6.4.8. Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais e trabalhistas elencados nos itens 6.4.1 a 6.4.6, deverão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente.

6.4.9 Para fins de registro, guarda e arquivamento em Sistema Padrão Informatizado de Gestão de Contratos Públicos, a documentação referida no item 6.4 também deverá ser apresentada pela contratada em meio eletrônico, no formato PDF localizável, organizado em pastas por ano, por empregado(a) e por tipo de documento, sendo cada arquivo de, no máximo, 1,5 MB.

6.5 Caso o serviço não seja prestado fielmente e/ou apresente alguma incorreção será considerado como não aceito e o prazo de pagamento será contado a partir da data de regularização.

6.6 O pagamento da primeira parcela ficará condicionado à apresentação da certidão Negativa de Débito Salarial, emitida pelo Ministério do Trabalho. A não apresentação implicará na rescisão contratual.

6.7 Na fase da liquidação da despesa deverá ser efetuada consulta ao CADIN/RS, para fins de comprovação do cumprimento da redação contratual estabelecida nos termos do disposto no artigo 55, inciso XIII, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

## CLÁUSULA SÉTIMA - DA INDENIZAÇÃO

7.1 Os valores do vale-refeição e vale-transporte, constantes do montante "C" serão indenizados pelo efetivamente dispendido pela Contratada, ou seja, a diferença entre o valor facial do vale-refeição e/ou preço da passagem e o que for descontado do empregado, multiplicado pelo nº de beneficiários, conforme demonstrativo dos custos dos vales-refeição e transporte, que deverá ser entregue juntamente com a nota fiscal e/ou nota fiscal fatura.

7.1.1 A Administração Pública Estadual poderá solicitar, a qualquer momento, a comprovação dos valores lançados no demonstrativo.

7.1.2 O valor do vale-refeição estará limitado ao que é pago aos servidores públicos e sofrerá alteração

pelos mesmos índices e periodicidade do funcionalismo público estadual ou de acordo com o estipulado em dissídio coletivo da categoria.

7.1.3 O vale-transporte estará limitado ao custo da passagem.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

8.1 Os valores do presente contrato não pagos na data do vencimento deverão ser corrigidos desde então até a data do efetivo pagamento, *pro-rata die*, pelo Índice Geral de Preços - Mercado/IGP-M.

#### CLÁUSULA NONA - DOS DESCONTOS

9.1 A inexecução dos serviços do presente contrato decorrentes do não suprimento de faltas, atrasos ou antecipações nas saídas dos empregados da Contratada será descontado do preço estipulado, da seguinte maneira:

Montantes "A" + "B"

Desconto = -----x horas a descontar

Dias úteis/mês x horas dia útil

9.2 Considera-se dia útil para fins desta cláusula os dias em que há previsão de prestação de serviço.

9.3 Os valores referentes ao vale-refeição e vale-transporte - Montante "C", que forem descontados dos empregados deverão ser compensados no demonstrativo dos custos dos vales-refeição e transporte.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DA ANTECIPAÇÃO DO PAGAMENTO

10.1 As antecipações de pagamento em relação à data de vencimento, respeitada a ordem cronológica para cada fonte de recurso, terão um desconto equivalente à 0,033% por dia de antecipação sobre o valor do pagamento.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS PRAZOS

11.1 Os serviços terão início no prazo de até 05 (cinco) dias a contar do recebimento da autorização de serviço e serão executadas de acordo com o edital, a proposta vencedora da licitação e as cláusulas deste instrumento.

11.2 O prazo de duração desta contratação será de 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura do contrato, podendo ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses, através do respectivo termo aditivo, nos termos do que dispõe o art. 57, inciso II, da Lei federal 8.666/93 e legislação pertinente.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA GARANTIA DA EXECUÇÃO DO CONTRATO**

12.1 A exigência de garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei Federal nº 8.666/1993, com validade durante a execução do contrato e três meses após o término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação, observados ainda os seguintes requisitos:

12.1.1 A contratada deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do órgão contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

12.1.2 A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, somente será aceita se assegurar o pagamento de todos os eventos abaixo:

a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

b) prejuízos causados à Administração ou a terceiro, decorrentes de culpa ou de dolo durante a execução do contrato;

( c) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

d) obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada;

12.1.3 A garantia em dinheiro deverá ser efetuada no BANRISUL em conta específica com correção monetária, em favor do contratante.

12.1.4 Se a garantia for prestada em moeda corrente nacional, quando devolvida deverá sofrer atualização monetária pelo IGPM, a contar da data do depósito até a da devolução.

12.1.5 A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento).

12.1.6 O atraso na apresentação da garantia autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/1993.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO RECEBIMENTO DO OBJETO**

13.1 Executados os serviços e estando os mesmos de acordo com o previsto no edital de licitação, na proposta, nas cláusulas contratuais e, ainda, observada a legislação em vigor, serão recebidos pela contratante mediante atestado do responsável.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES**

14.1 Dos Direitos

14.1.1 Da CONTRATANTE: receber o objeto deste contrato nas condições avençadas;

14.1.2. Da CONTRATADA: perceber o valor ajustado na forma e no prazo convencionado.

14.2 Das Obrigações

14.2.1. Da CONTRATANTE:

14.2.1.1 Efetuar o pagamento ajustado;

DETRAN/RS – Divisão de Gestão de Contratos – Coordenadoria de Contratos

Av. Júlio de Castilhos nº 505, 17º andar, Porto Alegre/RS – CEP 90030-131

Endereço para Correspondência: Rua dos Andradas, nº 1234, 6º andar, Porto Alegre/RS – CEP 30020-008

Correio Eletrônico: [servicos@detran.rs.gov.br](mailto:servicos@detran.rs.gov.br) Portal: [www.detran.rs.gov.br](http://www.detran.rs.gov.br)

14.2.1.2 Fiscalizar a execução deste contrato conforme disposto no art. 67, da Lei Federal 8.666/93;

14.2.1.3 Instituir e manter um cadastro de todos os empregados que prestarem serviço nas suas dependências, bem como entrevistar os empregados nos termos do artigo 3º e do § 1º do art. 50 do Decreto Estadual nº 43.183, de junho de 2004, e

14.2.1.4. Dar a CONTRATADA as condições necessárias a regular execução do contrato.

14.2.2 Da CONTRATADA:

14.2.2.1 Prestar o serviço na forma ajustada;

14.2.2.2 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;

14.2.2.3 Cumprir e fazer cumprir todas as normas regulamentares sobre Medicina e Segurança do Trabalho, obrigando seus empregados a trabalhar com equipamentos individuais adequados;

14.2.2.4 Responder por quaisquer acidentes de que possam ser vítimas seus empregados durante a execução dos serviços, sendo de sua exclusiva responsabilidade a organização da "CIPA", quando for o caso;

14.2.2.5 Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

14.2.2.6 Apresentar durante a execução do contrato, se solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na presente licitação, em especial encargo social, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;

14.2.2.7 Reparar ou corrigir, as suas expensas, no todo ou em parte, os serviços em que verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução;

14.2.2.8 Responder diretamente, por quaisquer perdas, danos ou prejuízos que vierem a causar a contratante ou a terceiros, decorrentes de sua ação ou omissão, dolosa ou culposa, na execução do contrato, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

14.2.2.9 Responsabilizar-se por todos e quaisquer ônus e encargos decorrentes da legislação fiscal (Federal, Estadual e Municipal) e da legislação social, previdenciária, trabalhista e comercial, decorrentes da execução do presente contrato;

14.2.2.10 Efetuar o pagamento dos salários, encargos sociais e trabalhistas de seus empregados nas datas determinadas pela legislação em vigor;

14.2.2.11 Entregar ao funcionário os vale-refeição e os vales-transportes até o 1º dia útil do mês em que os mesmos serão utilizados em número suficiente para os dias úteis do mês;

14.2.2.12 A mão de obra especializada, os equipamentos e as ferramentas necessárias a execução dos serviços, bem como o fornecimento de todo material necessário a execução dos serviços serão de responsabilidade da CONTRATADA.

14.2.2.13 A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, não transfere a CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato;

14.2.2.14 Permitir a CONTRATANTE a fiscalização, a vistoria dos serviços e o livre acesso as dependências, bem como prestar, quando solicitada, as informações visando o bom andamento dos serviços;

14.2.2.15 Manter o registro de seus empregados devidamente atualizados e efetuar o controle da jornada de trabalho no respectivo local de prestação dos serviços;

14.2.2.16 Fornecer lista com número do documento de identidade de seus empregados alocados para



prestação dos serviços objeto deste contrato, juntamente com cópia do contrato de trabalho de cada um dos empregados, bem como do respectivo registro do contrato de trabalho no livro de registros na CTPS;

14.2.2.17 Apresentar, antes do início das atividades, relação do pessoal a ser alocado nos respectivos serviços, com dados pessoais de identificação rigorosamente atualizada, e mantê-los identificados com crachás para controle de sua permanência nas dependências do local da prestação dos serviços;

14.2.2.18 Prestar os serviços discriminados, nos horários estabelecidos pela CONTRATANTE, utilizando-se da melhor técnica para sua execução;

14.2.2.19 Destacar elementos para execução dos serviços de forma criteriosa para que estes não sofram qualquer solução de continuidade ou redução de qualidade e quantidade, e providenciar a substituição de qualquer empregado julgado inconveniente ou que se mostre inapto as tarefas inerentes a execução contratual;

14.2.2.20 Fazer-se representar no local da prestação dos serviços por preposto aceito pela Administração com a atribuição de atualizar e manter sob sua guarda e responsabilidade os registros dos empregados e respondendo a demais assuntos de cunho administrativo;

14.2.2.21. A CONTRATADA deverá designar um supervisor, o qual realizará visitas semanais a todos os postos de serviço de vigilância, para acompanhamento permanente da rotina de trabalho dos mesmos, coordenando e fiscalizando a execução dos serviços e o cumprimento das normas disciplinares, de segurança e legislação pertinentes;

14.2.2.22 Substituir, sempre que exigido pela CONTRATANTE e independentemente de justificativa por parte desta, qualquer empregado cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórias a disciplina do Serviço Público;

14.2.2.23 O comprovante de pagamento salarial deverá conter a identificação da empresa, a discriminação detalhada das importâncias pagas e descontadas, os recolhimentos fundiários, além dos demais elementos indicados na legislação trabalhista e na norma coletiva da categoria profissional;

14.2.2.24 Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela CONTRATANTE, quanto à execução dos serviços contratados;

14.2.2.25 Responder perante o DETRAN/RS por qualquer tipo de autuação ou ação decorrente da prestação de serviços, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, assegurando ao DETRAN/RS o exercício do direito de regresso, e eximindo-o de qualquer responsabilidade, subsidiária ou solidária;

14.2.2.26 A CONTRATADA autoriza o DETRAN/RS a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos mensais que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada prévia defesa;

14.2.2.27 A CONTRATADA será responsabilizada pelos danos que causar a servidores ou a terceiros decorrentes de suas atividades ou provocados por seus empregados e prepostos;

14.2.2.28 Atender imediatamente as determinações do representante da CONTRATANTE visando regularizar os defeitos observados na execução do contrato;

14.2.2.29 Manter disciplina nos locais dos serviços, retirando no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após notificação, qualquer empregado considerado com conduta inconveniente pela Administração, assegurada a prévia defesa;

14.2.2.30 Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas disciplinares determinadas pela Administração;

14.2.2.31 Selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços, encaminhando elementos portadores de atestados de boa conduta e demais referências, tendo funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho;

14.2.2.32 Manter seu pessoal uniformizado, identificando-os através de crachás, (com fotografia recente, no qual constará, no mínimo, a razão social da CONTRATADA, nome completo do empregado e função);

14.2.2.33 Manter sediado junto a Administração durante os turnos de trabalho, empregados capazes de tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;

14.2.2.34 Instruir os seus empregados, quanto a prevenção de incêndios nas áreas da Administração;

14.2.2.35 Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências havidas;

14.2.2.36 Dar ciência ao DETRAN/RS, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços;

14.2.2.37 Não subcontratar, ceder ou transferir total ou parcialmente as obrigações assumidas no contrato;

14.2.2.38 A CONTRATADA deverá comunicar as substituições de empregados, bem como as alterações de horário de trabalho;

14.2.2.39 A CONTRATADA deverá apresentar anualmente e quando ocorrer o evento: avisos e recibos de férias, recibos de décimo terceiro salário, relação anual de informações sociais — RAIS, sentenças normativas, acordos e convenções coletivas da categoria profissional, ficha de registro de empregado — FRE, aviso prévio, pedido de demissão, e termos de rescisão de contrato de trabalho, autorização para descontos salariais (consignações em folha de pagamento), outros documentos peculiares ao contrato de trabalho.

14.2.2.40 Responder perante o DETRAN/RS sobre quaisquer ações administrativas e/ou judiciais que venham causar alguma restrição ou impedimento de suas atividades junto aos órgãos da Administração Pública, sob pena de rescisão contratual.

14.2.2.41 A CONTRATADA deverá registrar e realizar a rendição de todos os intervalos intrajornadas dos postos;

14.2.2.42. A CONTRATADA deverá comprovar a realização de cursos de reciclagem de vigilantes assim como outros cursos e/ou treinamentos exigidos pela legislação vigente.

14.2.2.43 A contratada deverá atender integralmente ao Anexo I - Memorial Descritivo;

14.2.2.44 A licitante vencedora deverá apresentar autorização da ANATEL Ministério das Comunicações para a operação do sistema de rádio comunicação no Estado do Rio Grande do Sul (estação fixa e/ou móvel e/ou portáteis, conforme objeto).

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA INEXECUÇÃO DO CONTRATO

15.1 A CONTRATADA reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, previstos no art. 77 da Lei federal nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RESCISÃO

16.1 Este contrato poderá ser rescindido de acordo com os artigos 78 e 79, Lei Federal nº 8.666/93.

16.2 A rescisão deste contrato implicará retenção de créditos decorrentes da contratação, até o limite

dos prejuízos causados à CONTRATANTE.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS**

17.1. No caso de infringência aos regramentos deste contrato, uma vez não sendo considerada satisfatória a justificativa apresentada pela CONTRATADA, ser-lhe-ão aplicadas penalidades, sem prejuízo das demais sanções estabelecidas artigo 87 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, artigo 28 da Lei Estadual nº 13.191, de 30 de junho de 2009, bem como Decreto estadual nº 42.250, de 19 de maio de 2003, tudo em consonância com as situações e os prazos abaixo indicados.

17.1.1. Advertência, por escrito, sempre que ocorrerem pequenas irregularidades;

17.1.2. Multas sobre o valor total atualizado do contrato:

a) entrega de material fora do prazo estipulado neste edital: 0,5% (meio por cento) por dia sobre o valor da parcela até o limite de 20 (vinte) dias, após o qual poderá haver rescisão contratual;

b) descumprimento de cláusula contratual ou norma de legislação pertinente, inexecução parcial, execução imperfeita ou negligência na execução do objeto contratado: 5% (cinco por cento);

c) inexecução total do acordo: 10% (dez por cento);

d) atraso da contratada na retirada do material rejeitado, após o prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de comunicação da recusa: 1% (um por cento) do valor do material questionado, por dia de atraso;

17.1.2.1. As multas moratórias previstas nos itens acima são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente.

17.1.2.2. A multa dobrará a cada caso de reincidência, não podendo ultrapassar a 30% (trinta por cento) do valor atualizado do contrato, sem prejuízo da cobrança de perdas e danos que venham a ser causados ao interesse público e da possibilidade da rescisão contratual.

17.1.3. Suspensão, sendo descredenciado e ficando impedido de licitar e de contratar com o Estado do Rio Grande do Sul, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no edital e no contrato e das demais cominações legais, o licitante que:

a) ensejar o retardamento da execução de seu objeto;

b) falhar ou fraudar na execução do contrato;

c) comportar-se de modo inidôneo;

d) fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.

17.1.3.1. A suspensão temporária ensejará a rescisão imediata do contrato pelo Ordenador de Despesas.

17.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, feita pelo Secretário de Estado, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

17.2. Para aplicação da penalidade de inidoneidade o prazo de defesa prévia do interessado será de 10 (dez) dias a contar da abertura de vista.

17.3. Para aplicação das demais penalidades, o prazo de defesa prévia do interessado será de 5 (cinco) dias úteis a contar da abertura de vista.

17.4. Das penalidades de que trata esta cláusula cabe recurso ou pedido de representação no prazo de 5 (cinco) dias úteis, bem como pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis, conforme o caso.

17.5. A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções e não terá caráter compensatório.

17.6. A aplicação de sanções não exime a CONTRATADA da obrigação de reparar danos, perdas ou prejuízos que a sua conduta venha a causar ao Estado.

17.7 As multas deverão ser recolhidas, através de guia de arrecadação, através de depósito na conta corrente nº 0323560101, do Banco do Estado do Rio Grande do Sul - Banrisul, Agência nº 100, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da intimação do CONTRATADO, podendo a CONTRATANTE descontá-la na sua totalidade, da fatura ou do saldo remanescente relativo à avença;

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA EFICÁCIA

18.1 O presente contrato somente terá eficácia após publicada a respectiva súmula no Diário Oficial do Estado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1 Fica eleito o Foro de Porto Alegre para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente contrato.

19.2 E, por estarem às partes justas e contratadas, assinam o presente Contrato em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Porto Alegre, 20 de 12 de 2015.

  
**Ildo Mario Szinvelski**

Diretor-Geral  
DETRAN/RS

  
**Marcello Oliveira Haselof**

Gerente

Multiágil Segurança e Vigilância Patrimonial LTDA-ME

Testemunhas

## ANEXO I

### MEMORIAL DESCRITIVO

#### 1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa para prestação de serviços terceirizados de vigilância armada e com comunicação permanente de rádio em 5 (cinco) postos a serem prestados nas dependências do DETRAN/RS, em Porto Alegre.

#### 2. LOTAÇÃO DOS POSTOS

2.1. Postos 24 horas — Segunda a Domingo.

1 posto - Prédio Cosmopolitan Center na Av. Júlio de Castilhos;

- Durante o dia: 17º andar;

- Durante a noite: movimentação pelos andares locados pelo DETRAN/RS.

2 postos - Sede do DETRAN na Av. Aparício Borges;

1 posto - Estacionamento dos veículos oficiais (R. Voluntários da Pátria, atrás do antigo CETRAN);

Totalizando 4 postos.

2.2. Postos 12 horas — Segunda a Sexta (07:00 as 19:00).

1 posto – Divisão de Exames – Atualmente na R. Voluntários da Pátria, nº 1358

Totalizando 1 posto.

#### 3. DA EXECUÇÃO:

3.1. DO LOCAL: Os serviços serão prestados nas dependências do DETRAN/RS, em Porto Alegre/RS, nos seguintes endereços.

- R. Voluntários da Pátria, nº 1358;

- Av. Aparício Borges, nº 2264,

- Av. Júlio de Castilhos, nº 505;

#### 3.2. DO ESCOPO DO SERVIÇO:

3.2.1 - A execução dos serviços abrange as seguintes tarefas e condições:

DETRAN/RS – Divisão de Gestão de Contratos – Coordenadoria de Contratos  
Av. Júlio de Castilhos nº 505, 17º andar, Porto Alegre/RS – CEP 90030-131

Endereço para Correspondência: Rua dos Andradas, nº 1234, 6º andar, Porto Alegre/RS – CEP 30020-008  
Correio Eletrônico: [servicos@detran.rs.gov.br](mailto:servicos@detran.rs.gov.br) Portal: [www.detran.rs.gov.br](http://www.detran.rs.gov.br)

3.2.1.1 - implantação de 5 (cinco) postos de vigilância armada para segurança patrimonial, sendo 4 (quatro) postos de 24 (vinte e quatro) horas diárias, 7 (sete) dias por semana; e 1 (um) posto de 12 (doze) horas diárias (07h as 19h) de segunda a sexta; ininterruptamente.

3.2.1.2 - os 5 (cinco) postos serão distribuídos entre as sedes do DETRAN, conforme necessidade da Contratante.

3.2.1.3 - Os empregados deverão estar devidamente identificados, uniformizados e armados, com comunicação permanente de radio entre os postos;

3.2.1.4 – A CONTRATADA deverá designar um supervisor, o qual realizará visitas semanais a todos os postos de serviço de vigilância, para acompanhamento permanente da rotina de trabalho dos mesmos.

### 3.3 RONDA ELETRONICA:

3.3.1 Os postos 24 horas, num total 4 (quatro) postos, deverão ter controle dos vigilantes através de Ronda Eletrônica, definidos em conjunto com o DETRAN/RS.

3.3.2 A empresa devera apresentar relatório mensal com os detalhes das rondas realizadas, com no mínimo as seguintes informações: vigia, localização, data e horário da ronda, rondas cumpridas, rondas não cumpridas e rondas com atraso ou com falhas.

3.3.3. A disponibilização do material necessário para a efetiva realização da ronda eletrônica, assim como a manutenção deste material é de responsabilidade da empresa contratada, a saber, no mínimo 1 (uma) caneta e 02 (dois) buttons para cada posto de serviço.

FIM DO DOCUMENTO

